

DIONÍSIO VILA MAIOR

(org.)

VIAGENS PELA IDENTIDADE E UTOPIA



VIAGENS PELA IDENTIDADE E UTOPIA

FICHA TÉCNICA

Título: *Viagens pela Identidade e Utopia*

Organização: Dionísio Vila Maior

Capa: pintura da autoria de Annabela Rita

Colecção: Vozes da História

Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

Lisboa, Março de 2018

ISBN – 978-989-8916-11-2

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto «UID/ELT/00077/2013»

Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 (CC BY NC 4.0)



Dionísio Vila Maior
(organização)

Viagens pela Identidade e Utopia

CLEPUL
2018

Índice

Dionísio Vila Maior	
<i>Prefácio</i>	v
Dionísio Vila Maior	
<i>Língua Portuguesa, Identidade e “Mística Coletiva”</i>	1
Annabela Rita	
<i>Viagens: Patrimonialidade e Utopia</i>	35
José Eduardo Franco	
<i>Paulo Ferreira da Cunha e a sua “Utopia” de uma constitui-</i> <i>ção internacional</i>	45
Isabel Ponce de Leão	
<i>D. Juans e Marialvas (uma questão identitária nas artes e</i> <i>nas letras)</i>	55
Dionísio Vila Maior	
<i>Orpheu em olhar dialógico</i>	71
Annabela Rita	
<i>Refrações do protestantismo na literatura portuguesa – Re-</i> <i>tratística identitária</i>	105
Mendo Castro Henriques	
<i>Raízes e Utopias do Nosso Tempo</i>	121
Maria da Graça Gomes de Pina	
<i>André Álvares d’Almada: mercador de escravos ou mercante</i> <i>de literatura? Questões sobre a identidade cabo-verdiana quinhen-</i> <i>tista</i>	129
Maria Aparecida Fontes	
<i>O ponto de vista como representação, identidade e poder:</i> <i>uma leitura do romance Um Crime Delicado, de Sérgio Sant’Anna</i> .	147

PREFÁCIO

Com o presente livro, *Viagens pela Identidade e Utopia* (que integra a coleção "Vozes com História"), procura-se essencialmente concretizar um objetivo: apresentar, integrando-o numa das linhas de investigação ("Multiculturalismo e Lusofonia") do CLEPUL, um conjunto de reflexões, assentes polifonicamente um conjunto de termos e conceitos que assomam com recorrência em diversos campos de referência epistemológica — com o proveito funcional que tal procedimento, quando metodologicamente coerente, pode (também) originar. E a disposição seguida permitiu, de facto, a conformação a um encadeamento de procedimentos compassados com uma mundividência teórico-científica onde as categorias de *identidade*, *utopia*, *lusofonia*, *dialogismo*, se inscrevem — num jogo relacional com obras e autores (Luís de Camões, Almeida Garrett, Fernando Pessoa, José V. de Pina Martins, Thomas More, entre outros) — num quadro multidiscursivamente construído (consequência direta, em parte, da fortuna conceptual adscrita que lhes está adscrita e da multiplicidade de avaliações a que os autores, obras, escolas e movimentos literários aqui estudados podem ser submetidos).

Em *Língua Portuguesa, Identidade e "Mística Coletiva"*, Dionísio Vila Maior equaciona o termo e conceito de *Identidade*, sem nunca, note-se, se comprometer com o seu texto com premissas coniventes com qualquer tipo de discurso ideológico, circunscrevendo-se, antes, a um âmbito literário e linguístico-cultural e promovendo uma reflexão que converge em dois sentidos: um, concordante com um equacionamento da "identidade histórico-cultural"; o outro, dirigido por um posicionamento linguístico-cultural. Assim se apoia sobre um conjunto de questões (como, por exemplo, as que radicam no domínio da Teoria da Linguagem e da Teoria do

Sujeito), sublinhando de que forma o reforço da identidade de uma Comunidade resulta (também) da consciencialização de um acervo de informações que a memória cultural dessa Comunidade propicia. E o reforço da identidade igualmente delimita — com o consentimento atento do timbre do "império linguístico-cultural" de que nos fala Pessoa (doutrinalmente ajustado à Língua Portuguesa e aos "homens de génio literário" que a ela recorrem) — o texto *Orpheu em olhar dialógico*, onde o autor procura comprovar a revogação do sentido do posicionamento pessoano, incidindo, dialogicamente, a atenção na geração de Orpheu, no que ao olhar literário e histórico-literário essencialmente diz respeito.

Um olhar *outro* sobre Almeida Garrett comparece no texto de Annabela Rita, que, em *Viagens: Patrimonialidade e Utopia*, reflete sobre a multifuncionalidade das *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett — obra que, além do levantamento e perspetivação crítica da patrimonialidade material e imaterial, promove a consciência identitária nacional, estética e individual —, demonstrando o modo como o romance promove o trabalho (auto-)reflexivo e como, inovando, inscreve tudo isso no cânone literário. O problema *identitário* regressa no seu texto *Refrações do protestantismo na literatura portuguesa – Retratística identitária*, no que concerne à retórica da visualidade e discursividade iconográfica. Aí, a Autora pretende observar de que modo, por que razões e até que ponto a problemática da iconografia é diferentemente perspetivada dentro do cristianismo, em especial, opondo catolicismo e protestantismo. Por outro lado, e na sequência, reflete sobre o modo como essas estratégias se refratam nos programas e realizações estéticas, com base em casos mais expressivos no plano da configuração efabulatória, privilegiando a Literatura Portuguesa.

Também, mas não só, sobre este plano estético se sustenta o texto de Isabel Ponce de Leão, *D. Juans e Marialvas (uma questão identitária nas artes e nas letras)*; com este texto, a Autora desenvolve uma interessante reflexão sobre os conceitos de donjuanismo e de marialvismo, estudando a sua representação quer nas artes plásticas (Rafael Bordalo Pinheiro, Abel Manta ou José Malhoa), quer na literatura Portuguesa (Garrett, José Saramago, Eça, Cardoso Pires).

E sempre procurando corporizar diretrizes que estrategicamente conformam a linha 3 de investigação do CLEPUL, o texto *André Álvares d'Almada: mercador de escravos ou mercante de literatura? Questões sobre a identidade cabo-verdiana quinhentista*, de Maria da Graça Gomes de Pina, fundamenta-se metodologicamente numa pergunta — "qual o critério para distinguir uma obra etnográfica de um tratado com laivos romanescos"? — para refletir sobre O *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*, da autoria de André Álvares d'Almada, escrito em 1594. Trata-se de uma obra que, na esteira de outras obras com objetivos meramente descritivos mas não condenatórios, nos proporciona uma caracterização racional da realidade da costa ocidental africana de finais do século XVI. André Álvares d'Almada não se interessa tanto pela justificação ou condenação de certos usos e costumes africanos, mas, sim, pela apresentação caracterial dos povos em questão, realizando portanto um autêntico estudo de antropologia cultural. Com este contributo, a Autora procura verificar qual o alcance dessa descrição e a força da mesma para a manutenção da defesa das ilhas cabo-verdianas como entreposto no tráfico negreiro, dele transparece também um primeiro resquício de caracterização do povo cabo-verdiano através da explícita defesa da sua herança lusitana.

Já o estudo de José Eduardo Franco, *Paulo Ferreira da Cunha e a sua "Utopia" de uma constituição internacional*, pretende enquadrar na grande tradição utópica portuguesa e europeia o pensamento constitucionalista de Paulo Ferreira da Cunha e o projeto de criação do TIC - Tribunal Constitucional Internacional, de que é um dos principais teóricos e paladinos, sabendo-se que o ideário universalista que funda o TCI em ordem à afirmação plena dos Direitos da Pessoa Humana e da sua salvaguarda em todo o orbe habitado não deixa de fazer eco de projetos utópicos globais como o do Quinto Império do Padre António Vieira ou o projeto de paz perpétua de Kant.

Uma reflexão sobre o termo e conceito *utopia* continua com Mendo Castro Henriques, no estudo *Raízes e Utopias do Nosso Tempo*. Nesse sentido, relembrando que, desde que há quinhentos anos Thomas More cunhou a palavra *utopia* como título da sua obra clássica, o Autor considera que há um núcleo de significado que permanece idêntico na vas-

tíssima literatura utópica, a par de desacordos sobre as fronteiras deste género literário. Entre as definições do género, algumas são inaceitáveis e outras ambíguas, pelo que, também segundo Mendo Henriques, não podemos esperar uma definição única que abarque as obras de todas as épocas. Neste texto, explora-se por que razão a realidade, sempre em transformação, dos livros utópicos e do utopismo concreto nos deve impedir de confundir utopia com perfeição e aconselha a manter a atitude de abertura crítica e esperançosa da obra original.

No estudo *O ponto de vista como representação, identidade e poder: uma leitura do romance Um Crime Delicado, de Sérgio Sant'Anna*, Maria Aparecida Fontes, partindo primordialmente de uma questão ("quais as relações entre poder e representação, sobretudo quando o ponto de vista oscila entre a expressão do artista e as perspetivas do crítico?"), desenvolve uma reflexão sobre o romance *Um Crime Delicado* (1997), de Sérgio Sant'Anna — que, tendo recorrido a um discurso literário e crítico para falar da própria crítica, se apropriou da história da arte, da literatura e do teatro para em seguida negá-la ou mesmo reafirmá-la sob um novo ponto de vista, dissolvendo as fronteiras do discurso crítico, ficcional e identitário. O objetivo, neste texto, passa, então, por efetuar uma análise crítica dos dispositivos discursivos que criam efeitos de verdade e se constituem em signos de poder.

Resta-me agradecer a todos os autores com quem tive o privilégio de trabalhar, bem como ao CLEPUL, na pessoa do seu Diretor. E não ficaria o meu agradecimento completo se não o fizesse igualmente ao Dr. Luís Pinheiro, que, em todos os momentos deste processo, esteve sempre presente, demonstrando uma eficácia e um profissionalismo singulares; o meu enorme agradecimento.

Dionísio Vila Maior

Coimbra/Lisboa, março 2018